

POR UMA REDISSCUSSÃO DA NOÇÃO DE PARTITIVIDADE EM CONSTRUÇÕES
INACUSATIVAS DO PORTUGUÊS: UMA ANÁLISE SINTÁTICO-SEMÂNTICA DO
DP PÓS-VERBAL

CLÁUDIA ROBERTA TAVARES SILVA*
MARCELO AMORIM SIBALDO**

RESUMO

Neste artigo, apresentamos evidências de que o DP pós-verbal no Português Brasileiro (PB) e no Português Europeu (PE), em contextos inacusativos, pode ser definido ou indefinido. Nesse sentido, argumentamos contra a universalidade do Efeito de Definitude e discutimos a noção de partitividade. Ademais, apresentamos evidências de que DPs específicos e não específicos ocorrem nesses contextos e propomos que recebem Caso partitivo do verbo os DPs não específicos por estarem associados à Restrição de Definitude, ficando “congelados” na posição de [Compl, V], ao passo que DPs definidos são alçados para [Spec, vP] para checagem do traço EPP de v , além do Caso nominativo com T, durante a operação *Agree*. Para desenvolvermos este estudo, a análise fundamentar-se-á no Programa Minimalista (cf. CHOMSKY, 2000; 2001).

PALAVRAS-CHAVE: Inacusatividade, efeito de definitude, DP pós-verbal, Caso, português.

1 INTRODUÇÃO

Assumindo com Burzio (1986) que verbos inacusativos não têm a capacidade de atribuir Caso acusativo, Belletti (1988) apresenta evidências de que o argumento subcategorizado por esses verbos recebe um tipo de Caso semelhante ao que é atribuído no finlandês, nomeadamente o Caso partitivo.¹ Nessa língua de Caso morfológicamente marcado, a autora observa que, além do Caso acusativo atribuído na frase (1a) ao argumento interno direto de um

* Doutora em Linguística, professora na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e docente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

E-mail: claudiarobertats@gmail.com

** Doutor em Linguística e professor na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

E-mail: sibaldo@gmail.com

verbo transitivo como *colocar*, o Caso partitivo é sempre atribuído a esse argumento quando é indefinido (cf. (1b)):

- (1) a. Hän pani kiriat pöydälle.
“Ele colocou ‘os livros (acu., pl) na mesa.’”
b. Hän pani Kirjoja pöydälle.
“Ele colocou (alguns) livros (part, pl) na mesa.”
(BELLETTI, 1988, p. 1)

Em se tratando dos verbos inacusativos no finlandês, o DP indefinido subcategorizado por esses verbos também recebe Caso partitivo à semelhança de (1b). Observem as frases (2a) e (2b) construídas com os verbos *existir* e *vir*, respectivamente:

- (2) a. Pöydälle on kirjoja.
“Na mesa existem (alguns) livros (part., pl.)
b. Helsingistä tulee kirjeitä.
“De Helsinki vieram (algumas) cartas (part., pl.)

Partindo dessa associação entre DP indefinido e Caso partitivo, a autora estende a análise do finlandês a todas as línguas naturais, propondo que o DP pós-verbal em construções inacusativas corresponde ao “sujeito invertido” (*sujeito-i*), nos termos de Borer (1986), que recebe Caso partitivo por estar submetido ao chamado *Efeito de Definitude* (*Definiteness Effect* (DE)). Naquela língua, como já mencionado, o Caso partitivo é marcado morfológicamente, como ilustrado em (1b), ao passo que, em línguas como o inglês e o francês, embora não possuam Caso morfológico, o Caso partitivo é evidenciado a partir da interpretação semântica do DP que deve ser indefinido.

A autora defende ainda que o Caso partitivo no inglês e no francês trata-se de um Caso inerente. O aspecto crucial de sua análise é que verbos inacusativos atribuem, ao mesmo tempo, função semântica Tema ao seu argumento interno, como também Caso partitivo que, por sua vez, encontra-se associado à indefinidade do DP.

No inglês, em construções inacusativas, quando o expletivo *there* ocupa Spec, TP, é obrigatório que o DP pós-verbal seja indefinido (cf. (3a)).² Do contrário, se o DP está em posição pré-verbal, ele pode ser definido (cf. (4a')) ou indefinido (cf. (4a)). Em francês, a autora também observa que, quando o expletivo *il* é inserido em Spec, TP, o DE atua sobre o DP pós-verbal (cf. (5)). Vejamos os exemplos:

- (3) a. There arose a storm here.
“Ergueu-se uma tempestade aqui.”
a'. *There arose the storm here.
“Ergueu-se a tempestade aqui.” (BELLETTI, 1988, p. 4)
- (4) a. A man is in the garden.
“Um homem está no jardim.”
a'. The man is in the garden.
“O homem está no jardim.” (Ibid., p. 3)
- (5) a. Il est arrivé trois filles.
“Chegou três garotas.”
a' *Il est arrivé la fille.
“Chegou a garota.” (Ibid., p. 4)

A análise de Belletti de que o DE atua numa língua como o inglês e o francês apenas sobre DPs subcategorizados por verbos inacusativos é confirmada pela agramaticalidade das frases abaixo, com verbos transitivos, por exemplo, que selecionam obrigatoriamente um argumento externo. A autora defende que a impossibilidade de inversão do DP sujeito nessas frases decorre do fato de elas não serem línguas de sujeito nulo, obrigando o preenchimento da posição Spec,TP por esse DP (cf. (6a) e (7a)):

- (6) a. Mary ate an apple.
“A Maria comeu uma maçã.”
b. *There ate an apple Mary.
“Comeu uma maçã a Maria.”
- (7) a. Marie a mangé un gâteau.
“A Maria comeu um bolo.”

- b. *Il a mangé un gâteau Marie.
 “Comeu um bolo a Maria.” (BELLETTI, 1988, p. 4-5)

Defendendo que o DE é, presumidamente, universal, Belletti argumenta que no italiano, uma língua de sujeito nulo, apesar de DPs sujeitos pós-verbais poderem ser definidos com todos os tipos de verbos (cf. (8)), em construções inacusativas como as de (9b), o DE é atuante:

- (8) a. Il ragazzo è arrivato.
 a'. O garoto chegou.
 b. È arrivato il ragazzo.
 b'. Chegou o rapaz.
 c. Il ragazzo ha mangiato un dolce.
 c'. O rapaz comeu um bolo.
 d. Ha mangiato un dolce il ragazzo.
 d'. Comeu um bolo o rapaz.
- (9) a. *All'improvviso è entrato l'uomo dalla finestra.
 “De repente entrou o homem pela janela.”
 b. All'improvviso è entrato un uomo dalla finestra.
 “De repente entrou um homem pela janela.” (BELLETTI, 1988, p. 9)

Observando as construções inacusativas em (8b) e (9b), com o DP pós-verbal definido e indefinido, respectivamente, ergue-se a questão: que Caso é atribuído ao DP em (8b)? Belletti sugere que, nesse caso, o DP é deslocado à direita para uma posição de adjunção ao VP, tal como ocorre com os argumentos externos de verbos (in)transitivos, conforme proposto por Rizzi (1988) e Chomsky (1986) para os casos de “inversão livre” do sujeito, recebendo esse DP Caso nominativo da flexão nessa posição de adjunção. Essa posição corresponde, na estrutura abstrata abaixo formulada por Belletti (1988, p. 8), à posição NP₄, uma posição em que, segundo a autora, não atua o DE. As posições NP₁, NP₂ e NP₃ correspondem, respectivamente, à posição Spec, TP, à posição que hospeda os DPs indefinidos sobre os quais atua o DE e à posição em que esse efeito também não se verifica, tal como ocorre na posição NP₄:

- (10) NP₁ [_{VP}[_{VP} V NP₂ [_{PP} P NP₃]]] NP₄

Não obstante, há evidências, a partir de dados do português brasileiro (PB) e do português europeu (PE), de que o DE não é atuante, ao contrário do italiano.

Português Europeu:

- (11) a. De repente entrou um homem pela janela.
b. ?De repente entrou o homem pela janela.
c. Nesse jantar apareceram todos os meus amigos
(AMBAR, 1992, p. 127-128)

Português Brasileiro:

- (12) a. De repente, chegaram alguns alunos na palestra.
b. De repente, chegaram os alunos na palestra.
c. De repente, chegaram todos os alunos na palestra.

Contudo, é fato que DPs indefinidos no PB e no PE têm mais preferência a ocupar a posição pós-verbal em contextos inacusativos do que os definidos, conforme apontam, por exemplo, os resultados quantitativos obtidos por Spanó (2002) e Coelho (2000) e a pesquisa diacrônica de Fiéis (2003). Tal fato leva-nos a substituir o termo *Efeito de Definitude* por *Restrição de Definitude*, nos moldes de Reuland e ter Meulen (1989).³ Já em línguas como o inglês e o francês, tem-se a atuação do DE que, conforme defendido por Alexiadou e Anagnostopoulou (1998), é marcado sintaticamente pelo expletivo realizado foneticamente que ocupa a posição Spec, TP:

- (13) a. *There arrived Jonh/ the girl.
“Chegou o João/ a garota.”
b. *Il est arrivé Pierre.
“Chegou o Pedro.”

Diante de exemplos como os de (11) e (12) acima, temos por finalidade precípua discutir, neste artigo, a noção de partitividade assumida por Belletti (1988), pois quantificadores universais (ex.: Vieram *todos* os convidados à festa.), e DPs partitivos (Vieram *dois dos/ alguns dos* convidados à festa.) podem ocorrer em construções inacusativas no PB e no PE, um contexto não previsto na análise dessa autora. Isso leva-nos a adotar a proposta de Enç (1991), segundo a qual

esses DPs recebem leitura partitiva (“parte de”, “algumas(uns) de”, “cada um dos(as)”), por estarem associados a um determinado referente já estabelecido no domínio do discurso, o que os caracteriza como um DP específico que exige pressuposicionalidade como aponta Diesing (1992).

Ademais, é crucial termos em mente que DPs com leitura partitiva, portanto, [+específicos], seguindo a linha de raciocínio enciana, não recebem obrigatoriamente Caso partitivo, ao contrário de Belletti (1988). Para tanto, serão apresentados dados do turco, uma língua de Caso morfologicamente marcado, em que DPs com leitura partitiva recebem Caso acusativo.

Tomando por base a especificidade do DP em construções inacusativas do PB e do PE, argumentaremos, neste artigo, a favor da ideia de que DPs pós-verbais [+específicos] recebem Caso estrutural, nomeadamente, Caso nominativo. Já DPs [-específicos], ou melhor, indefinidos cardinais, nos termos de Diesing (1992), recebem Caso partitivo. Um aspecto crucial que não podemos perder de vista é que a noção de partitividade não tem a ver com a definitude do DP nos termos de Belletti (1988), mas com a especificidade dele, conforme será explorado na próxima seção deste artigo.

Para a realização da análise aqui proposta, adotaremos o modelo do Programa Minimalista (cf. CHOMSKY, 2000; 2001) e ainda a proposta de Nunes (2007) para o *Princípio de Projeção Estendido* (do inglês *Extended Projection Principle (EPP)*) que o assume como *Extended Peeking Principle*, estabelecendo que a verdadeira concordância à longa distância ocorre somente se associada com o traço EPP, que é concebido como um traço “poderoso”, a fim de aumentar o domínio de procura de um determinado *probe*. Fundamentando-nos nesse aporte teórico, proporemos que a diferença, no que concerne ao Caso e à especificidade, tem um efeito direto na sintaxe: a estrutura inacusativa cujo DP (específico) pós-verbal checa Caso nominativo difere daquela cujo DP (não específico) pós-verbal checa Caso partitivo. Para tanto, este artigo encontra-se organizado da seguinte forma: na seção 2, será realizada uma análise semântica do DP no português no que se refere à sua especificidade; na seção 3, abordaremos a atribuição de Caso ao DP pós-verbal em sentenças inacusativas do PB e do PE e, na seção 4, serão enunciadas as considerações finais.

2 REVISITANDO A PROPOSTA DE ENÇ (1991): A SEMÂNTICA DA ESPECIFICIDADE DO DP EM CONSTRUÇÕES INACUSATIVAS

Enç (1991), ao desenvolver um estudo sobre a semântica da especificidade do DP e adotando a proposta de Heim (1982), que prevê índices de definitude do DP que o caracterizam como [+definido] ou [-definido], propõe que, além desses índices, o DP também possui índices de especificidade [+/-específico], o que implica dizer que todo DP é formado por um par de índices referenciais: o primeiro relacionado com a definitude, e o segundo, com a especificidade.

No que se refere aos traços de definitude, duas noções são cruciais para distinguir DP [+definido] de DP [-definido], respectivamente: a) a Condição de Familiaridade e b) a Condição de Novidade (cf. HEIM, 1982). A primeira condição é satisfeita quando é estabelecida uma relação de identidade entre o DP e um dado referente já mencionado previamente no domínio do discurso, ao passo que a segunda condição só é satisfeita quando é introduzido um “novo” referente que não mantém ligação com um referente anteriormente mencionado no discurso.

Enç verifica que o DP [-definido] pode ser [+específico] ou [-específico] e que o DP [+definido] é obrigatoriamente [+específico]. Quanto ao DP [-definido] e [+específico], embora não haja relação de identidade do DP com um referente já mencionado no discurso, há uma relação de inclusão entre eles tendo em vista que o DP é um subconjunto do referente. No caso do DP [-definido] e [-específico], o DP introduzido no discurso não mantém qualquer relação de inclusão com um referente já introduzido no discurso, o que o caracteriza como “novo” no sentido absoluto do termo.

A autora também observa que o DP [-definido] e [+específico] recebe necessariamente uma leitura partitiva, ao contrário do DP [-definido] e [-específico]. Vejam estas frases do inglês:

- (14) a. Several children entered the museum.
“Diversas crianças entraram no museu.”
b. I saw two boys at the movies.
“Eu vi dois garotos no cinema.” (ENÇ, 1991, p. 8)

Por um lado, o DP *two boys*, em (14b), pode receber leitura partitiva implícita (*two of the boys*) caso seja um subconjunto do referente *Several children*, o que caracterizaria a relação de inclusão estabelecida entre eles, ou, por outro, esse DP pode ter um referente novo no sentido absoluto do termo por ter sido introduzido no discurso sem que fosse estabelecida essa relação de inclusão. Com base nisso, Enç defende que o DP [+específico] tem necessariamente leitura partitiva, ao contrário do DP [-específico], conforme assumido também por Diesing (1992).

Diesing, adotando a proposta de Milsark (1974), argumenta a favor de uma bipartição da classe dos indefinidos: a) indefinidos com leitura pressuposicional e b) indefinidos com leitura cardinal; em outras palavras, existem, respectivamente, indefinidos que pressupõem existência e que são, por sua vez, partitivos, possuindo força quantificacional (*indefinidos pressuposicionais*), ao passo que há indefinidos que somente afirmam a existência de uma dada entidade, não possuindo força quantificacional (*indefinidos cardinais*).

Analisando construções com inserção-*there* no inglês, a autora verifica que a leitura cardinal só está disponível aos DPs que afirmam existência cujos determinantes têm de ser necessariamente fracos (cf. (15a)). Esses determinantes, segundo Milsark (1974), incluem os artigos e pronomes indefinidos, os numerais cardinais e DPs nus com leitura existencial, ao contrário dos determinantes fortes que correspondem aos artigos definidos, aos pronomes demonstrativos, pessoais e possessivos, aos quantificadores universais, aos partitivos, e aos DPs nus com leitura genérica:

- (15) a. There is/are a/some/ a few/ many/ three fly (flies) in my soup.
“Existe(m) uma(s)/alguma(s)/ algumas/ muitas/ três mosca(s) em minha sopa.”
b. *There is/are the/every/ all/ most fly (flies) in my soup.
“Existe(m) a(as)/ cada/ toda(s)/ mais mosca(s) em minha sopa.”

Embora os determinantes fracos possam afirmar a existência de uma dada entidade, eles também têm a capacidade de pressupor

existência, conforme argumentado por Diesing (1992). Nesse último caso, o DP recebe obrigatoriamente leitura partitiva e, ao invés de ocupar a posição pós-verbal, como ocorre em (16a), ocupa a posição pré-verbal de sujeito (nomeadamente, Spec, TP) (cf. (16b)), uma posição legítima para hospedar DPs que possuem leitura pressuposicional, segundo defende a autora:

- (16) a. There are some ghosts in my house.
“Existem alguns fantasmas em minha casa.”
b. SOME ghosts are in my pantry; the others are
in the attic.
“ALGUNS fantasmas estão em minha despensa;
os outros estão no sótão.” (DIESING, 1992, p. 59)

Em (16b), a leitura pressuposicional do *DP some ghosts* é possível pelo fato de ele poder ser parafraseado por um DP partitivo como *three of the ghosts*.

Uma das evidências empíricas apresentada por Diesing de que a posição Spec, TP é ocupada por DPs indefinidos com leitura pressuposicional é encontrada em uma língua como o alemão. Observando a posição de DPs nus nessa língua, a autora assume que, quando aparecem à esquerda das partículas *ja* “já” e *doch* “que”, eles possuem necessariamente leitura pressuposicional (cf. (17b)); caso contrário, possuem leitura cardinal (cf. (17a)):⁴

- (17) a. ...weil ja doch Linguisten Kammermusik
spielen.
já que PART PART. linguistas câmara música tocam.
“...já que há linguistas que tocam música de câmara.”
b. ...weil Linguisten ja doch Kammermusik
spielen.
já que linguistas PART. PART câmara música tocando.
“...já que (em geral) linguistas tocam música de câmara.”
(DIESING, 1992, p. 36)

Vale pontuarmos que o DP nu *Linguisten*, “linguistas”, só é possível ocorrer ora à direita, ora à esquerda das partículas *ja* e *doch*

porque é sujeito de um predicado de nível de estágio (*stage-level predicate*), ou seja, um predicado que expressa estados temporários e atividades transitórias, recebendo o DP uma leitura existencial em que se afirma a existência de uma dada entidade. Contudo, sendo o DP nu o sujeito de um predicado de nível individual (*individual-level predicate*) que expressa estados mais ou menos permanentes, recebendo o DP leitura genérica, deve possuir leitura pressuposicional, o que o faz ocupar a posição Spec,TP, conforme evidenciado por sua posição à esquerda das partículas em (18a), ao contrário de (18b):

- (18) a. ...weil Skorpione ja doch giftig sind.
já que escorpiões ‘na verdade’ venenosos são
“... já que (em geral) escorpiões são venenosos.”
b. *?...weil ja doch Skorpione gifting sind.
(DIESING, 1992, p. 38)

Retomando agora a análise da semântica da especificidade do DP, ENÇ (1991) assume que o DP é [+definido] e [+específico] em virtude da relação de identidade estabelecida entre ele e um dado referente já mencionado no discurso, passando este último a servir como um *antecedente forte* pela seguinte razão: o DP e o seu antecedente compartilham os mesmos índices referenciais. Estão incluídos nesse tipo de DP os nomes próprios, os pronomes, as expressões definidas e os DPs demonstrativos. Na frase (19), o DP representado pelo pronome *They* é [+definido] por manter relação de identidade com o seu antecedente *Five children*, o que implica dizermos que ambos têm a mesma referência como observado pela relação de coindexação:

- (19) Five children_i arrived late. They_i had missed their bus.
“Cinco crianças_i chegaram tarde. Elas_i perderam o ônibus.”
(ENÇ, 1991, p. 9)

A autora assume, então, que a relação de identidade acima estabelecida implica uma relação de inclusão obrigatória. Em outras palavras, sendo o DP [+definido], ele precisa ser [+específico]. Em (19), o DP *They* está incluído no referente *Five children* que, segundo a autora, passa a funcionar como um *antecedente fraco* pelo fato de

a relação de inclusão ser estabelecida entre eles. Nesse sentido, *Five children* não é só um antecedente forte em virtude da relação de identidade, mas também um antecedente fraco pela relação de inclusão.

A evidência empírica apresentada por Enç de que DPs definidos são necessariamente específicos é encontrada no turco, uma língua de Caso morfológicamente marcado. Nessa língua, o DP [+específico] tem de receber o morfema de Caso acusativo. Em (20a), o nome próprio *Ali*, o pronome *on* (“a ele”, “lhe”), a descrição definida *adam* (“o homem”) e o DP demonstrativo *o masa* (“essa mesa”) possuem os dois índices referenciais: [+definido] e [+específico]:

- (20) a. Zeinep Ali-yi/ on-u/ adam-i/ o masa-yi
gördü
Zeinep Ali-Acc/ ele-Acc/ o homem-Acc/ essa mesa-Acc
viu
“Zeynep viu Ali/lhe/o homem/ essa mesa.”
b. Zeinep *Ali/*on/*adam/*o masa gördü.

Ao contrário dos DPs definidos, que são necessariamente específicos, DPs indefinidos, como já referido acima, podem ser ora específicos, ora não específicos caso seja estabelecida ou não uma relação de inclusão. A observação feita por Milsark (1974) de que determinantes fracos como *many* (“muitos(as)”) podem ter leitura específica ou não, dependendo do contexto em que aparecem, é retomada por Enç (1991) para analisar uma frase como: *I talked to many students.* (“Eu conversei com muitos estudantes.”). Segundo ela, essa frase, se desprovida de um contexto discursivo apropriado, é ambígua no que concerne à especificidade do DP. Contudo, dá-se a inexistência dessa ambiguidade quando uma relação de inclusão é estabelecida entre o DP e um referente previamente mencionado no discurso.

Ademais, é assumido pela autora que DPs partitivos e DPs modificados por quantificadores universais são [-definidos] e [+específicos]. Quanto ao DP partitivo, está incluído necessariamente em um referente já mencionado no domínio do discurso. Nesse sentido, o DP *Two of the girls* em (21) é [+ específico] por ser um subconjunto do referente *Many children*:

- (21) *Many children* played in the park. *Two of the girls* played tennis.
“Várias crianças brincavam no parque. Duas das garotas jogavam tênis.”

A predição acima de que DPs partitivos são específicos pode ser confirmada mais uma vez no turco. Enç (1991, p. 10) observa que, quando o DP é partitivo, o morfema de Caso acusativo, *-i*, tem de estar presente, marcando a especificidade desse DP (cf. (22a)), caso contrário, na ausência desse morfema, a frase torna-se agramatical como ilustrado em (22b):

- (22) a. Ali kandin-lar-dan iki-sin-i taniyordu.
Ali mulher-PL-Abl dois-Agr-Acc conhecia.
“Ali conhecia duas das mulheres.”
b. *Ali kandin-lar-dan iki-si taniyordu.

Contrariamente à proposta de Belletti (1988) assumindo que DPs universalmente quantificados são incompatíveis com leitura partitiva, Enç (1991) defende que eles, apesar de indefinidos, conforme propõe Heim (1982), possuem leitura partitiva implícita, o que lhes garante ser [+específicos]. Os quantificadores presentes nesses DPs só podem quantificar sobre um determinado conjunto de entidades que existem em um dado contexto porque o referente desses DPs encontra-se no domínio do discurso:

- (23) a. Sally danced with every man.
“Sally dançou com todo homem.”
b. Sally danced with every one of the man.
“Sally dançou com cada um dos homens.”
(ENÇ, 1991, p. 11)

Segundo a autora, na frase em (23a) não se pode ter uma leitura genérica no sentido de que Sally dançou com todos os homens da Terra, mas uma leitura necessariamente partitiva (implícita) que corresponde ao fato de Sally ter dançado com cada um dos homens (*every one of the man*) que estavam presentes em um determinado contexto, sendo

pressuposta, portanto, a existência desses homens. Assim, torna-se evidente, por um lado, que a interpretação universal ou genérica que Belletti (1998, p. 5) atribui ao quantificador universal numa frase como: **There is every man in the next room* é problemática porque não se trata da existência de todos os homens da Terra. Por outro lado, o DP *Todo homem*, na frase (24), tem necessariamente interpretação genérica que se associa necessariamente a uma interpretação não temporal, o que caracteriza um predicado de nível individual nos termos de Diesing (1992):

(24) Todo homem é mortal.

Na frase acima, a leitura que possui o DP não é a de que *alguns dos homens* da Terra são mortais, mas a de que todos os homens têm a propriedade inerente de serem mortais, o que lhe confere uma interpretação genérica ou universal.

No turco, DPs que contêm o determinante *bazi* (“alguns(as) dos(as)”) sempre pressupõem existência, sendo sua leitura necessariamente específica, como pode ser visto pela obrigatoriedade da marca morfológica do Caso acusativo (cf. (26)). Disso resulta que esse determinante, ao contrário do determinante *birkaç* (algum(ns), alguma(s)), não pode ocorrer em construções existenciais, conforme ilustra o contraste entre a sentença (26a) e a (26b)):

(25) Ali Zeyneb-e bazi *kitap-lar/kitap-lar-i postaladi.
Ali Zeyneb-Dat alguns *livro-PL/livro-Pl-Acc enviou
“Ali enviou alguns dos livros para Zeyne.”

(26) a. *Bahçe-de bazi çocuk-lar var.
jardim-Loc alguma criança-PL há
“Há algumas das crianças no jardim.”
b. Bahçe-de birkaç çocuk var.
jardim-Loc alguma criança há
“Há alguma criança no jardim.” (ENÇ, 1991, p. 15)

Observando construções existenciais do PB e do PE em que só ocorrem DPs [-definidos] e [-específicos], é plausível dizermos que o DP é novo no sentido absoluto do termo por não manter nem relação de

identidade, nem de inclusão com um referente estabelecido previamente no discurso, porque está submetido ao *Efeito de Especificidade*, segundo propõe Enç (1991):

- (27) a. *Existe toda criança no jardim.
- b. Existe/ Há uma criança no jardim.

Contudo, vale pontuarmos que um contexto que escapa à atuação desse efeito no PB e no PE não previsto na análise da autora supracitada diz respeito a DPs [-definidos] e [+específicos] quando são pesados. Nesses casos, a componente fonológica é atuante por requerer que esses DPs ocupem a posição mais à direita da frase (cf. SILVA, 2004; INKELAS e ZEC, 2001), conforme ilustra o exemplo que se segue:

- (28) a. Existe(m) todas aquelas coisas de que eu já te falei.
- b. Há cada um daqueles jogos que você brincou quando era criança.

É válido pontuarmos ainda que o *Efeito de Especificidade* que atua nas construções existenciais, com exceção dos DPs definidos referidos acima, não está presente nas construções inacusativas do PB e do PE, conforme observado nas frases em (29). Nessas frases, DPs partitivos e quantificados universalmente podem aparecer em posição pós-verbal, o que lhes garante possuir os traços [-definido] e [+específico] (cf. (29a) a (29d)). Além disso, é possível que DPs pós-verbais nessas construções possuam os traços [+definido] e [+específico], uma opção não disponível na gramática do inglês. Vejam o contraste entre (30a) do PB e do PE e (30a') do inglês:

- (29) a. Já chegaram todos os convidados na festa. (PB)
 - b. Chegou todo mundo na festa. (PB)
 - c. Apareceram três dos professores na reunião. (PB)
 - d. Nesse jantar apareceram *todos* os meus amigos. (PE)
 - e. *There arrived all/each the students.⁵
 “Chegaram todos/ cada um dos estudantes.
- (30) a. Chegou o João.
 - a'. *There arrived Jonh.

- b. Chegou um garoto.
b'. There arrived a boy.

Diante dos contextos apresentados, desenvolveremos uma análise na próxima seção, argumentando que, em construções inacusativas do PB e do PE, DPs pós-verbais [+específicos], não previstos na análise de Belletti (1988), recebem Caso nominativo, ao passo que DPs pós-verbais [-específicos] recebem Caso partitivo por estarem em posição sintática distinta.

3 SOBRE A ATRIBUIÇÃO DE CASO AO DP PÓS-VERBAL EM CONSTRUÇÕES INACUSATIVAS

No Programa Minimalista (CHOMSKY, 2000; 2001), é proposta a existência da operação *Agree*, uma relação de concordância que remove os traços não interpretáveis da sintaxe estrita, permitindo que as derivações convirjam na interface semântica ao passo que continuam intactas para a componente fonológica (dado que a manifestação da fonologia varia entre as línguas). A relação *Agree* opera entre A e B, em que A tem traços flexionais interpretáveis e B tem traços não interpretáveis, que são deletados sob *Agree*.

Segundo Chomsky (2001), *Agree* é a relação entre um *probe* e um *goal* que se combinam se os traços têm valores especificados para o *goal*, mas não para o *probe*. Se os traços- \square ⁶ fossem valorados para o *probe*, ele seria inativo e não poderia dirigir nenhuma operação; se fossem não valorados para o *goal*, eles não receberiam valores da (não valorada) combinação dos traços do *probe*.

Nos sistemas de Caso/ concordância, os traços não interpretáveis são os traços- \square do *probe* e o Caso estrutural do *goal* DP. Os traços- \square do DP são interpretáveis. O Caso estrutural não é um traço dos *probes*, mas a ele é atribuído um valor sob concordância que, em seguida, é removido por *Spell-Out*⁷ da sintaxe estrita. No minimalismo, para se derivar uma sentença como (31), por exemplo, a operação *Agree* se faz necessária para deletar os traços- \square não interpretáveis de T.

(31) O João escreveu um livro.

(32) [_{TP} T [_{vP} O João [_v v ...]]]

Em (32), os traços- \square não valorados e não interpretáveis de T (um *probe*) sondam o DP [o João] (um *goal*), que contém traços- \square interpretáveis, valorando e checando os traços- \square de T, além do traço de Caso nominativo do DP. O traço EPP de T é checado com o alçamento do DP para [Spec, TP].

Nunes (2007) assume com Chomsky que o rótulo de um objeto sintático complexo é o elemento que ativa *Agree*. Desse modo, um conjunto- \square interveniente está apto a bloquear a valoração de Caso por T mesmo se ele for defectivo.

Dado que verbos inacusativos podem aparecer com concordância morfológicamente visível de gênero e número com o argumento interno, como mostram as sentenças do italiano em (33), Nunes assume que, assim como AgrP, os verbos inacusativos estão associados a um verbo leve *v* possuindo um conjunto- \square defectivo (cf. também CHOMSKY, 2000; 2001), conforme apresentado na estrutura abstrata em (34):

- (33) a. *Maria è arrivata.*
 Maria Aux chegou.FEM.SG
 “Maria chegou.”
 b. *Gianni è arrivato.*
 Gianni Aux arrived.MASC.SG
 “Gianni chegou.”

- (34) [_{TP} T- \square [_{VP}- \square v [_{VP} V indefinido- \square]]]

Desse modo, segundo a proposta de Nunes, se o argumento interno em (34) é indefinido, ele pode receber o Caso partitivo de V. O verbo leve concorda como o argumento interno, valorando seu traço de gênero e número. T entra numa relação de concordância com *v*P e valora seu traço de número. O traço de pessoa não checado de T é valorado como terceira pessoa por *default*. A derivação passo a passo é aquela ilustrada em (35).⁸

- (35) a. [_{VP} V indefinido_{[G:FEM]/[N:PL]/[Caso:PART]]}
 b. [_{VP} v_{[G:?]/[N:?]} [_{VP} V indefinido_{[G:FEM]/[N:PL]/[Caso:PART]]}]
 c. [_{VP} v_{[G:FEM]/[N:PL]} [_{VP} V indefinido_{[G:FEM]/[N:PL]/[Caso:PART]]}]

d. $[_{TP} T_{[P:?]/[NS:PL]} [_{VP-[G:FEM]/[N:PL]} v [_{VP} V \text{ indefinido}_{[G:FEM]/[N:PL]}]]$
 [Caso:PART]]

Porém, segundo o quadro esboçado por Nunes visto acima, se há um argumento definido, o Caso partitivo não está disponível e o conjunto- \square do verbo leve evitará que T alcance o argumento interno, como ilustrado abaixo.

(36) $[_{TP} T_{\square} [_{VP-\square} v [_{VP} V \text{ definido}_{-\square}]]]$

Retomando os exemplos (11) e (12) do PB e do PE repetidos a seguir, vejamos que, ao contrário da proposta de Belletti (1988), há DP pós-verbal definido e quantificado universalmente em frases inacusativas:

Português Europeu:

- (37) a. De repente entrou um homem pela janela.
 b. ?De repente entrou o homem pela janela.
 c. Nesse jantar apareceram todos os meus amigos.
 (AMBAR, 1992, p. 127-128)

Português Brasileiro:

- (38) a. De repente, chegaram alguns alunos na palestra.
 b. De repente, chegaram os alunos na palestra.
 c. De repente, chegaram todos os alunos na palestra.

Diante dos exemplos acima, proporemos aqui que os DPs pós-verbais não específicos e, portanto, indefinidos, recebem o Caso partitivo. Diferentemente, os DPs específicos (definidos e indefinidos), tomando por base a análise de Enç (1991), recebem Caso nominativo. Essa predição pode ter como respaldo uma língua de Caso morfológicamente marcado como o turco, pois, sendo o DP específico nessa língua, ele recebe Caso estrutural acusativo. Para isso, argumentaremos a favor da hipótese de que, em estruturas inacusativas com ordem VS como aquelas de (37) a (38), o DP é gerado em [Compl, V], adotando a hipótese inacusativa (BURZIO, 1986). No percurso da derivação, o DP específico não é aceito na posição de objeto do verbo inacusativo, visto ser uma posição que em geral hospeda DPs indefinidos não específicos

por estarem submetidos à Restrição de Definitude. Nesse sentido, há motivação para a subida do DP específico para [Spec, vP] para checar o traço EPP dessa categoria funcional.⁹ Nesse Caso, vP inacusativo possui um traço EPP, que é checado pelo alicamento do DP definido de [Compl, VP] para a posição [Spec, vP].

Assumiremos com Nunes (2007) a reformulação do EPP em termos de “farol alto”, tendo em vista que, quando há EPP em TP, T pode “olhar” para o DP em [Compl, V], dentro de vP (“pulando”, assim, um conjunto- \square defectivo, nomeadamente vP), para estabelecer a relação *Agree*, e, assim, checar-lhe o traço de Caso nominativo, dando-se a concordância à longa distância. Um expletivo semiargumental (cf. CHOMSKY, 2001) checa o EPP de TP, conforme pode ser visualizado com o passo a passo da derivação em (39):

- (39) a. [_{VP} V específico_{[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[Caso:?]}]
 b. [_{VP} v_{-EPP/[G:?]/[N:?]} [_{VP} V específico_{[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[Caso:?]}]]
 c. [_{VP} v_{-EPP/[G:FEM]/[N:PL]} [_{VP} V específico_{[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[Caso:?]}]]
 d. [_{VP} específico_{[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[Caso:?]} [_{v'} v_{-EPP/[G:FEM]/[N:PL]} [_{VP} V t]]]
 e. [_{TP} T_{EPP/[P:3]/[N:PL]} [_{v'} específico_{[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[Caso:NOM]} [_{v'} v_{-EPP/[G:FEM]/[N:PL]} [_{VP} V t]]]]
 f. [_{TP} *pro* [_{T'} T_{EPP/[P:3]/[N:PL]} [_{v'} específico_{[P:3]/[G:FEM]/[N:PL]/[Caso:NOM]} [_{v'} v_{-EPP/[G:FEM]/[N:PL]} [_{VP} V t]]]]]]

Para as estruturas com DP pós-verbal indefinido e não específico, assumiremos uma estrutura semelhante àquela esquematizada em (35).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de uma rediscussão da noção de partitividade, tomando por base a proposta de Enç (1991), concluímos que o *Efeito de Definitude* (DE) proposto por Belletti (1988) não é atuante para os DPs pós-verbais de verbos inacusativos no PB e no PE, ao contrário de línguas como o inglês e o francês.

Seguindo a proposta de Reuland e ter Meulen (1989), verificamos que é atuante em PB e PE a *Restrição de Definitude*, pelo fato de que

DPs indefinidos são preferíveis em posição pós-verbal (SPANÓ, 2002; COELHO, 2000; FIÉIS, 2003). Em outras palavras, o que distingue o inglês e o francês do PB e do PE é que a existência do expletivo *there* nas construções inacusativas, seguindo a perspectiva de análise de Alexiadou e Anagnostopoulou (1998), marca sintaticamente o DE na duas primeiras línguas, o que não está previsto nas duas últimas.

No que diz respeito às construções existenciais, assumimos que no PB, no PE e no inglês, tal como defendido por Enç (1991), o *Efeito de Especificidade* e não o *Efeito de Definitude* é atuante nessas construções, haja vista que DPs universalmente quantificados e DPs partitivos são excluídos de aparecerem na posição pós-verbal nessas construções. No caso do PE e do PB, em específico, tem-se uma situação interessante: DPs [+específicos] podem aparecer nessas construções quando estão submetidos a efeitos de peso.

Ademais, propomos que, quando o DP pós-verbal é [+específico], [Spec, vP] projeta e este é alçado para checar não só o traço EPP de vP, mas também o Caso nominativo em relação de concordância com T. Já as estruturas em que o DP é [-específico], ele permanece *in situ* e recebe o Caso partitivo do verbo.

FOR A REDISCUSSION ABOUT THE NOTION OF PARTITIVITY IN
UNNACUSATIVE CONSTRUCTIONS OF PORTUGUESE:
A SYNTACTIC-SEMANTIC OF THE POSTVERBAL DP

ABSTRACT

In this paper we show that the postverbal DP in Brazilian Portuguese (BP) and European Portuguese (EP) can be definite or indefinite in unaccusative contexts. So we argue against the universality of the Definiteness Effect (DE) and discuss the notion of partitivity. Furthermore, we show evidences that specific and non-specific DPs occur in these contexts and propose that non-specific DPs receive partitive Case from the verb because they are submitted to Definiteness Restriction and “freeze” in [Compl, V] position; specific DPs go to [Spec, vP] to check the EPP feature of *v* and also the nominative Case with T, during the Agree operation. To develop this study, the analysis bases itself on Minimalist Program (cf. CHOMSKY, 2000; 2001).

KEY WORDS: Unaccusativity, definiteness effect, postverbal DP, Case, Portuguese.

REFERÊNCIAS

- ALEXIADOU, A.; ANAGNOSTOPOULOU, E. Parametrizing AGR: word order, V-movement and EPP-checking. *Natural Language and Linguistic Theory*, n. 16, p. 491-539, 1998.
- AMBAR, M. M. *Para uma sintaxe da inversão sujeito-verbo em português*. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1992.
- BELLETTI, A. The Case of Unaccusatives. *Linguistic Inquiry*, v. 19, 1988. p. 1-34.
- BORER, H. I-subjects. *Linguistic Inquiry*, v. 17, n. 3, p. 375-416, 1986.
- BURZIO, L. *Italian Syntax: a Government-Binding Approach*. Dordrecht: D. Reisel Publishing Company, 1986.
- CHOMSKY, N. Minimalist Inquires: The Framework. In: MARTIN, R.; MICHAEL, D.; URIAGEREKA, J. (Eds.). *Step-by-Step: Essays in Minimalist Syntax in Honor of Howard Lasnik*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2000. p. 89-155.
- CHOMSKY, N. Derivation by Phase. In: KENSTOWICZ, M. (Ed.). *Ken Hale: A Life in Language*. Cambridge, Mass: MIT Press, 2001. p. 1-52.
- COELHO, I. L. *A ordem VDP em construções monoargumentais: uma restrição sintático-semântica*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.
- DIESING, M. *Indefinites*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1992.
- ENÇ, M. The semantics of specificity. *Linguistic Inquiry*, v. 22, n. 1, 1991. p. 1-25.
- FÍEIS, M. A. *Ordem de palavras, transitividade e inacusatividade: reflexão teórica e análise do português dos séculos XIII a XVI*. Dissertação (Doutoramento em Linguística) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2003.
- HEIM, I. R. *The semantics of definite and indefinite noun phrases*. University of Massachusetts, Amherst. 1982.
- HIGGINBOTHAM, J. Indefiniteness and predication. In: REULAND, E. J.; MEULEN, A. G. B. ter (Eds.). *The representation of (in)definiteness*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1989. p. 43-70.
- INKELAS, S.; ZEC, D. Syntax-phonology Interface. In: GOLDSMITH, J. A. (Ed.). *The handbook of phonological theory*. Cambridge, Massachusetts: Blackwell Publishers Ltd., 2001. p. 535-549.

MILZARK, G. *Existential sentences in English*. Doctoral dissertation. MIT, Cambridge, Massachusetts, 1974.

NUNES, J. Relativized Minimality and the Extended Peeking Principle. *Cuadernos de Lingüística del I. U. I. Ortega y Gasset*, v. 14, p. 73-86, 2007.

REULAND, E. J.; MEULEN, A. G. B. ter (Eds.). *The representation of (in) definiteness*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1989.

RIZZI, L. The new comparative syntax: principles and parameters of universal grammar. In: 10th ADVANCED COURSE LANGUAGE AND COGNITION. Foundation Archives Jean Piaget, Geneva, p. 1-20, October 10, 1988.

SAFIR, K. J. What explains the definiteness effect?. In: REULAND, E. J.; MEULEN, A. G. B. ter (Eds.). *The Representation of (In)definiteness*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1989. p. 71-97.

SILVA, C. R. T. *As implicações da natureza de AGR para a ordem VS: um estudo comparativo entre o Português brasileiro e o Português europeu*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2004.

SPANÓ, M. *A ordem VSN em construções monoargumentais na fala culta do português brasileiro e europeu*. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

NOTAS

- 1 Em sua análise, Belletti (1988, p. 2) observa: “[...] an NP Case-marked partitive will always mean ‘some of’, ‘part of a larger set’. I will assume that this interpretation is generally for both singular and plural partitive NPs.”
- 2 Sugerimos ao leitor consultar também Higginbotham (1989) e Safir (1989).
- 3 Segundo Reuland e ter Meulen (1989, p. 1), “[...] the linguistic environments in which either a definite or an indefinite expression is exclusively acceptable are said to exhibit a definiteness effect (DE). Environments where the indefinite is preferred are said to exhibit a Definiteness restriction (DR), as a special case of a DE.”
- 4 Agradecemos à Filomena Clara por nos ajudar na tradução das frases do alemão para o português.
- 5 Agradecemos a um falante nativo do inglês por nos informar que frases como (29e) não são boas nessa língua.
- 6 Os traços-□ compreendem os traços de gênero, pessoa e número.

- 7 De forma resumida, pode-se dizer que Spell Out é o mapeamento de uma determinada derivação para a componente fonológica.
- 8 Os traços valorados estão representados por uma fonte contornada.
- 9 O traço EPP em categorias funcionais, como vP, é comumente assumido no minimalismo, segundo Chomsky (2001).